

Parque do Povo
 03.07.85

Reféns falam dos dias em cativo

Três dos quatro reféns libertados segunda-feira pelos índios caingangues de São Jerônimo da Serra chegaram ontem a Curitiba. E como todos eles são funcionários públicos, trabalharam normalmente ontem em suas repartições. O mesmo ocorreu com o quarto refém, o delegado da Funai em Londrina Cornélio Vieira, que igualmente esteve trabalhando normalmente.

Diney Dias de Almeida, natural do Rio de Janeiro, 45 anos de idade pai de três filhos, que ontem cumpria seu expediente na assessoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em Curitiba, disse que todos os sequestrados foram bem tratados durante os quatro dias em que permaneceram cativos. Além de Diney, chegaram ontem pela madrugada a Curitiba, num automóvel, o chefe da Divisão Fundiária do Incra, Walter Pozzobom e Irineu Dalla Corte, do ITC.

FAMÍLIA

Para Diney, a maior preocupação enquanto era mantido prisioneiro relacionava-se a seus familiares. E, realmente, por pouco não ocorreram problemas maiores, uma vez que a sua esposa ficou muito nervosa ante os noticiários de que o seu marido fora sequestrado, pois chegou a ser erroneamente informada de que os índios o estavam maltratando. Porém, no retorno tudo se es-

clareceu, muito embora a sua esposa tenha ficado muito nervosa durante a sua ausência.

E, todos os libertados destacaram ontem as manifestações de solidariedade dos amigos e colegas de trabalho, que a todo instante telefonavam para saber se estavam passando bem. Ao fim do dia, afirmavam que não aguentavam mais repetir a mesma história para todos os que os procuravam, aos quais contavam que mantiveram sempre um diálogo aberto com os representantes das seis tribos de caingangues e guaranis envolvidas no sequestro, reconhecendo a todo instante que eles tinham todo o direito de protestar contra o não cumprimento do acordo firmado pelo governo do Paraná, em 1949, através do qual as 130 famílias de agricultores seriam retiradas de suas terras em localidade de Cedro e reassentadas em outro local.

MAIS CONFLITOS

A libertação dos reféns mantidos cativos pelos caingangues não representa o fim dos atritos com as comunidades indígenas do Paraná. Isto porque a própria delegacia regional da Funai em Curitiba teme um aumento considerável dos problemas com as oito comunidades indígenas existentes no Paraná, além das três de Santa Catarina.

Para o delegado da Funai, Eustáquio Machado, além dos conflitos relacionados

com a ocupação de terras, podem ser esperados problemas com a assistência à saúde, à educação e às próprias lavouras de subsistência dos índios. Isto tudo porque a Funai não vem recebendo as verbas necessárias para prover a assistência adequada aos índios do Paraná e Santa Catarina.

UM TERÇO

Atualmente a delegacia regional de Curitiba da Funai está atravessando um grave problema de ordem financeira. Com três meses de aluguel do prédio que ocupa atrasados, o mesmo ocorrendo com as taxas de água e luz, o órgão, segundo seus funcionários, encontra-se sem condição para prover qualquer tipo de assistência aos índios. Porém, como garante Eustáquio Machado, apesar disso a delegacia de Curitiba vem agilizando os procedimentos para o pagamento da indenização de 930 milhões que os índios de Mangueirinha deverão receber pelas áreas alagadas por represas hidrelétricas e pela passagem de estradas em suas terras.

Porém, doravante pouco poderá fazer em favor das reservas indígenas de Guaruapuava, Rio das Cobras, Mangueirinha, Palmas, Ocuí, Inácio Martins e Ilha da Cotin-ga, no Paraná, além das de Chapecó, Ibirama e Toldo Chimbang, localizadas em Santa Catarina. Na de Chimbang são esperados problemas idênticos aos ocorridos em São

Jerônimo da Serra, pois os índios exigem sua área de 2 mil hectares. Estão confinados em apenas 120 hectares, com os 1.080 hectares restantes ocupados por 180 famílias (mais de 700 pessoas), algumas instaladas ali há mais de 40 anos.

ALIMENTAÇÃO

Esclarece decorrer o problema dos poucos recursos que estão sendo liberados pelo governo federal à Funai. Para a área do Paraná e Santa Catarina, por exemplo, havia a previsão da aplicação de recursos na ordem de um bilhão e 800 milhões de cruzeiros, mas a dotação autorizada foi de apenas 460 milhões. "Com isso - diz Eustáquio Machado - não dará para atender ao menos um terço das necessidades das comunidades indígenas dos dois Estados".

Os cortes atingirão as áreas de saúde e educação. Porém, o mais grave, conforme destaca o delegado regional da Funai, é com relação aos projetos agrícolas, que praticamente ficaram paralisados. Com isso, as comunidades indígenas não terão como prover a própria alimentação.

Para Eustáquio, o fato da situação ter se normalizado com a libertação dos quatro reféns pelos caingangues não indica o retorno a tranquilidade na área indígena em nosso Estado, pois novos movimentos poderão ocorrer a qualquer momento.